

Processo de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa como L2 para surdos: elementos para o ensino de leitura

Prof. Eliamar Godoiⁱ (UFU)
Prof. Roberval Montes da Silvaⁱⁱ (UEG)

Resumo:

Esse estudo tem por finalidade compartilhar com o professor de sala de aula de ensino regular que recebem surdos alfabetizados alguns elementos para o ensino de leitura. Justifica-se pela escassez de pesquisas sobre a prática pedagógica, recursos didáticos e tecnológicos para o ensino de leitura para surdos. A partir de levantamento das principais dificuldades relatadas por professores em relação ao ensino de leitura para surdo foi feita uma discussão que atualiza o docente em relação às frequentes dificuldades descritas nesse processo. Nessa direção, apresentamos sugestões sobre como trabalhar e receber um aluno surdo na sala regular de ensino e ainda alguns aspectos linguísticos do ensino de Leitura para alunos surdos. A concepção desse trabalho permite vários desdobramentos, tanto na sua formulação teórica e prática quanto na sua realização, uma vez que leva em consideração a formação de professores interessados em atuar na perspectiva inclusiva da Educação. O procedimento metodológico escolhido foi o debate mediado por uma pesquisa bibliográfica pautada em abordagens de autores da Linguística Textual complementada pelos da Educação Especial e, ainda, por autores do ensino de Língua Portuguesa como L2 Surdos. Dessa forma, esta reflexão, busca explicitar nossas leituras a respeito do contexto que envolve o processo de acolhida do aluno surdo na sala regular de ensino e apresentar a análise de algumas práticas de ensino de Leitura e de Língua Portuguesa para surdos e sugerir algumas ações. A partir desse estudo, concluímos que na sala regular de ensino existem fatores que podem levar o surdo à produção de sentido e à constituição de um sujeito leitor que também escreve, nas aulas, sobretudo, de Língua Portuguesa.

Palavras-chave: Leitura e produção de textos, Capacitação, Libras.

1. Introdução

O interesse em desenvolver este estudo surgiu ao reconhecer que, em sala de aula, colocar-se como figura de enunciação ou sujeito da linguagem é um processo bastante complicado para o surdo, mesmo se já alfabetizado. O ensino, em especial o de língua portuguesa, não é voltado para processos diferenciados e alternativos que podem levá-lo à construção de sentido e nem à formação enquanto sujeito da linguagem num processo de interação oral ou escrito.

Não basta que o professor da sala regular de ensino conheça Libras e consiga se comunicar com o surdo. Na sala de aula regular e multidisciplinar que recebe surdos, os métodos didático-pedagógicos devem estar adequados, visando a um pleno desenvolvimento, sobretudo nas aulas de leitura e produção de textos.

Um leitor competente busca mais do que a leitura literal em um texto, podendo criar e recriar significados. Neste sentido, o processo de leitura se materializa e vai além da concepção de estrutura, já que a palavra revela toda uma ideologia que constituirá em conflitos entre vários discursos vindos de vários enunciados. Diante disso, acredita-se que para ter habilidades de ler

um texto, não basta apenas que o leitor saiba decodificá-lo palavra por palavra. Há fatores primordiais que ancorarão estas habilidades, trazendo a tona o significado do texto como um todo.

Se a leitura e a produção de textos não são consideradas um processo simples, mesmo para os ouvintes, tornar-se-á um processo um tanto complicado para aqueles que não possuem certos fatores primordiais para a efetivação da aquisição da informação. Os surdos passam por grandes dificuldades na compreensão de texto, inclusive na interação com o assunto, pois possuem um conhecimento fragmentado da Língua Portuguesa e, ainda, na sala de aula, a língua de sinais muitas vezes não é suficiente para traduzir a aula. Assim, não compreendem o que o professor fala e quase não conseguem executar as tarefas propostas em sala de aula. Sabe-se que o processo de aprendizagem do surdo em relação ao conteúdo de leitura e produção de texto é muito mais lento do que o de uma pessoa ouvinte, pois o surdo não recebe a mesma quantidade de estímulos e por isso a sua formação de conceitos fica prejudicada. Dessa forma, o surdo merece um tratamento diferenciado e mais direcionado a cada necessidade.

Por isso, este trabalho visa explicitar nossas leituras a respeito do contexto de acolhida do aluno surdo no processo de acolhida na sala regular de ensino e ainda discutir e disponibilizar algumas estratégias de ensino ao professor de sala de aula regular inclusiva que recebe surdos já alfabetizados. Trata-se de alguns meios disponíveis para o desenvolvimento das competências necessárias para aquisição de informação pela leitura e a produção de textos em que algumas técnicas poderão ser trabalhadas em sala de aula. Justifica-se por contribuir para o uso de uma abordagem mais acessível para a sala de aula, direcionada a amenizar as dificuldades apresentadas nesse contexto.

Compreende-se que tanto professores que atendem surdos em sala de aula regular quanto os próprios surdos têm dificuldades em se constituírem como sujeitos da linguagem em sala de aula. Sabe-se que os maiores problemas ocorrem especialmente nas aulas de língua portuguesa, pois ao se tornar produtor de sentido, sobretudo no que se refere à leitura e produção de textos é que o aluno surdo encontra a maior dificuldade.

Este estudo é relevante, também, porque constatamos uma carência de estudos sobre a prática no ensino para pessoas surdas, principalmente no que se refere à língua portuguesa. Do mesmo modo, a concepção desse trabalho permite vários desdobramentos, tanto na sua formulação teórica e prática quanto na sua realização, uma vez que leva em consideração a formação de professores interessados em se adequarem profissionalmente à Escola Inclusiva.

Em resumo, há uma efetiva carência de estudos que contemplem pesquisa, prática pedagógica, recursos didáticos e tecnológicos no campo da oferta e da prática pedagógica também do ensino de Libras especificamente nas instituições de ensino regular. No que se refere à escola regular de ensino, a inclusão de pessoas surdas tem se mostrado complexa no Brasil. Ao refletirmos sobre a inclusão do surdo nessa mesma escola regular os níveis de complexidade aumentam consideravelmente.

O intuito de pesquisa inicial é descrever e analisar as condições em que um aluno surdo é acolhido na escola regular de ensino. Importa-nos saber se o ambiente em que esse aluno é acolhido se mostra propício à aprendizagem, à socialização, à interação e ao desenvolvimento desse aluno especialmente nas aulas de leitura e produção de texto. Para isso, buscamos amparo na legislação tendo como base para análise dos dados a Lei 10.436/02, o Decreto 5.626/05 e a Lei 7.611/11 que dispõe sobre a criação e regulamentação do Atendimento Educacional Especializado – AEE. Para alimentar esse debate, ainda fundamentamo-nos em trabalhos de

Silva, Godoi e Souza (2012), Lacerda e Santos (2013), Carvalho (2004), Kleiman (1998), Smith (1999) e Skliar (2004), entre outros.

Para esse texto, seguimos os seguintes passos. Primeiramente, apresentamos a legislação que contempla a educação do surdo aliada à descrição da sala regular de ensino. Posteriormente, discutimos a relevância da formação continuada e permanente do docente. Em seguida, apresentamos nossas leituras a cerca da experiência com trabalhos envolvendo a linguagem com a intenção de desvendar os processos que podem levar os surdos à leitura, à produção de sentido e à produção de textos em salas de aula por meio de autores da área da Linguística Textual e da Educação do Especial e dos Surdos. Demonstramos que, para que o processo de ensino e aprendizagem de leitura e produção de textos seja eficaz, é necessário que haja interação entre os sujeitos na sala regular de ensino. E, por fim, apresentamos nossas considerações finais para esse texto.

2. Sala regular de ensino: legislação, a relação surdo/ouvinte e a relevância da formação docente.

Atualmente, o Decreto nº 3.298/99 regulamenta a Lei nº 7.853/89 que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Esta lei consolida as normas de proteção e dá outras providências sobre a integração da pessoa com necessidades especiais na sociedade. Assim, torna-se necessário um aprimoramento do professor na área de ensino especial para atender a estas demandas educacionais da Escola Inclusiva.

Na perspectiva da surdez, tem-se a legislação que reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados (BRASIL, Lei 10.136/02). Essa Lei 10.436/02 foi promulgada com a intenção de reconhecer a Língua de Sinais como língua do surdo, mas foi no ano de 2005 por meio do Decreto 5.626 que o surdo teve garantido o seu direito de ser educado tendo como língua de instrução a sua língua materna. Nessa direção, deveria haver um envolvimento na escola regular no sentido de criar um ambiente propício para uma educação para estes alunos.

A Lei 7.611/11 também foi um marco muito importante para a criação do Atendimento Educacional Especializado - AEE dentro da escola regular. Essa lei garante um espaço físico adequado, como salas de recursos multifuncionais, com mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para propiciar o atendimento educacional especializado. No caso de atendimento ao surdo, a sala de recurso deve oferecê-lo tanto o ensino da Libras, o ensino dos conteúdos estudados em sala de aula por meio da Libras e ainda providenciar o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para o surdo.

Conhecendo seus direitos, entende-se que é possível melhorar e contribuir para a compreensão do mundo que cerceia o surdo o qual, muitas vezes, é introduzido em salas de aulas numerosas e entregues a professores despreparados que não sabem como proceder diante do aluno especial. A situação de despreparo do professor muitas vezes é ignorada e a consequência disso recai indiscutivelmente sobre o aluno surdo que se vê num ambiente hostil e de abandono.

Segundo Noronha (1973), a melhor forma de incluir o surdo é obtida quando a ele for oferecida a oportunidade de frequentar uma classe especial, regida por um professor qualificado e bilíngüe, porém numa escola comum, sendo indispensável que essa ação ocorra desde a tenra infância. Nesse contexto, o convívio com os ouvintes é de evidente importância para que o surdo

consiga se socializar. Mas, deve-se lembrar que a necessidade do surdo se encontra mais no campo lingüístico, não requerendo nenhum suporte ou aparelhagem especial. Dessa forma, a necessidade mais urgente é da capacitação dos professores e da estruturação da escola para acolher esse aluno de forma digna, oferecendo-lhe uma educação de qualidade.

O convívio entre surdo e ouvinte é importante, pois desenvolve a sociabilidade entre eles, o surdo diversifica e amplia o seu conhecimento de mundo, é exposto a uma diversidade de textos e temas, em que o cenário deveria ser o de uma escola regular. Esta socialização facilita a utilização da linguagem escrita e a aquisição de experiências e conhecimentos que ampliarão a carga de informações do surdo levando-o a tornar-se um sujeito formador de opinião.

Considerando a temática desse debate, a busca é pelos deslocamentos ou avanços que a compreensão de textos e a escrita dos surdos podem sofrer por meio de aulas mais direcionadas e eficazes considerando as especificidades e modo de aprendizagem dos surdos. Nesse caso, urge a necessidade de ampla capacitação dos professores de todas as áreas pertencentes ao currículo do educando surdo no sentido de se tornarem bilíngues.

Sendo assim, mesmo o professor tendo a oportunidade de contar com um intérprete em Língua de Sinais, deve-se saber se comunicar com o surdo para haver e manter certa interação entre professor e aluno. Normalmente, o professor ao receber a colaboração de um intérprete, transfere a ele a incumbência do ensino do conteúdo para o surdo, desconsiderando o fato de que o intérprete não tem função de ensino e por vezes nem formação para tal, mas apenas de intermediar o que se ensina na sala ao surdo.

Considerando o disposto no Decreto 5.626/05 em seu Art. 22 que determina que as escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino que são abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional e que conta com docentes das diferentes áreas do conhecimento, devem estar cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, devendo disponibilizar tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa. No entanto, o papel do intérprete é claro. Ele fará traduções do que for dito em Língua Portuguesa para Libras. Nesse caso, não lhe compete a docência.

Nesse contexto, o desconforto do professor é perceptível diante da dificuldade de lidar com a inclusão, sobretudo do surdo, mesmo porque, não foram preparados para atuar em salas tão heterogêneas como as salas inclusivas. Conforme Carvalho (2004), os atuais professores se consideram

despreparados para a tarefa porque a formação que receberam habilitou-os a trabalhar sob a hegemonia da normalidade. Não foram qualificados para o trabalho com diferenças individuais significativas, o que também representa mais uma necessidade de ultrapassagem: a qualidade da formação inicial e da continuada de nossos educadores. (CARVALHO, 2004. p.88).

A proposta, então, seria procurar sempre por respostas na capacitação, buscando ampliar a gama de informação sobre esse assunto, uma vez que o interesse em aprofundar conhecimentos surge a partir da prática e dos saberes sobre teorias e aplicação dos métodos didáticos de ensino.

Para Lacerda, Santos e Caetano (2013, p. 185), “ser professor de alunos surdos significa considerar suas singularidades de apreensão e construção de sentidos quando comparados a alunos ouvintes”. Para essas estudiosas, a sala de aula deve ser um lugar que permita que o aluno estabeleça relações com aquilo que é vivido fora dela e, deste modo, interessa cotextualizar socialmente os conteúdos a serem trabalhados, apoiando-os quando possível em filmes, textos de

literatura, manchetes de jornais, programas televisivos, de modo a tornar a aprendizagem mais significativa.

Entende-se que estratégias baseadas na percepção visual é imprescindível para o surdo, já que há pouca interlocução pela Libras. Lacerda, Santos e Caetano (2013) argumentam que

em geral, os surdos tiveram poucos interlocutores em sua língua e, conseqüentemente, poucas oportunidades de trocas e debates, além de não terem acesso completo aos conteúdos de filmes, programas de televisão e outras mídias que privilegiam a oralidade (e nem sempre contam com legenda), ou possuem textos complexos e de difícil acesso ao alunos surdos com dificuldade no letramento em língua portuguesa (LACERDA; SANTOS; CAETANO, 2013, p. 185).

Nesse caso, o estudo pode abranger o ensino de leitura e produção de textos para alunos surdos e também para ouvintes, considerando a importância de discutir princípios e estratégias que possam favorecer a preparação de aulas na perspectiva do ensino de leitura contextualizado considerando a habilidade visual do surdo e aulas que propiciem uma interlocução entre texto/aluno/professor.

Sendo assim, a investigação sobre a cultura do surdo, suas características, habilidades e suas necessidades deveria ser parte integrante dos cursos de capacitação dos professores de todas as áreas de ensino. Outra ação importante para uma educação inclusiva para o surdo seria apostar em uma parceria com o intérprete de Libras no sentido de ampliar as possibilidades de acesso do surdo ao conhecimento veiculado na sala regular de ensino.

3. Ensino de leitura para surdos e os aspectos linguísticos da leitura

A discussão sobre a prática de ensino, sobretudo de leitura e produção de textos para alunos surdos se faz relevante. Com a finalidade de colaborar também com a prática de ensino de Língua Portuguesa, essa investigação se pautou na análise da experiência com trabalhos envolvendo a linguagem com a intenção de desvendar os processos que podem levar os surdos à leitura, à produção de sentido e à produção de textos em salas de aula.

Para isso, recorreremos à pesquisa bibliográfica que por meio da leitura de textos teóricos da área de ensino de leitura e produção de textos de autores da Linguística Textual como Kleiman (1998), Perfetti (1985) e Smith (1999), complementados por abordagens de autores da Educação Especial e da Educação para Surdos como Lacerda, Santos e Caetano (2013), Carvalho (2004), Skliar (2004) e Noronha (1973).

Para que o processo de ensino e aprendizagem de leitura e produção de textos seja eficaz, é necessário que haja interação entre os sujeitos. Em meio a esta interação o professor deve fazer o papel de mediador entre o texto e o leitor. Sabe-se que são inúmeras as dificuldades no processamento do sentido do texto como um todo. Para o surdo a maior dessas dificuldades estaria na diferença entre a forma falada e a escrita dos textos da língua oral. Estas dificuldades são abordadas por Angela Kleiman (1998) que acrescenta:

as condições da interlocução são muito diferentes, sendo a distância entre os interlocutores uma fonte de grande número de dificuldades (...) Se o leitor tiver ainda outras dificuldades, como desconhecimento do assunto, ou grande número

de palavras desconhecidas, então a compreensão se torna praticamente impossível. (KLEIMAN, 1998, p.37-39).

A autora propõe várias estratégias que auxiliaria o ensino de leitura, para isso o professor deve estar atento para amenizar os problemas que surgirão. Um leitor menos proficiente diante de tais dificuldades pode comprometer totalmente a compreensão. Outro fator causador de dificuldades para o leitor, não apenas o surdo é a ineficiência lexical ou o que Kleiman (1998, p.39) chamou de “grande número de palavras desconhecidas”.

Já de acordo com Perfetti (1985), um acesso lexical ineficiente e lento faz com que dificulte o trabalho de memorização, o que leva a uma baixa produtividade ou a pouca qualidade de leitura. Esse autor delimita que a eficiência lexical juntamente com a interação possibilita a eficiência verbal. Sabe-se que a leitura de um texto, cuja maior parte do vocabulário é um tanto desconhecido para o leitor, leva a uma compreensão errônea do sentido proposto pelo texto.

Neste caso, o surdo que, geralmente, apresenta um nível vocabular baixo, faz a leitura das frases muito vagorosamente. Isto atrapalha o limite funcional da memória, já que ao chegar ao final da frase o leitor ainda não memorizou o que leu no início. Assim, não consegue juntar as informações nem perceber o texto como um todo.

Entende-se que não basta apresentar os conteúdos dos textos lidos em Libras para o surdo. É necessário explicar os conteúdos do texto utilizando toda sua potencialidade visual que a Língua de Sinais tem e que o texto possibilitar. Nesse caso, o professor pode ainda selecionar textos para trabalhar em sala de aula com surdos cujo conteúdo possa ter apresentação visual por meio de gravuras, vídeos e até filmes. Para Lacerda, Santos e Caetano (2013, p. 186-187) essa forma de trabalho com textos em sala de aula trata-se de “um novo campo que explora a visualidade a partir do qual podem ser investigados aspectos da cultura surda, da constituição da imagem visual presente nos surdos, os chamados ‘olhares surdos’ que podem ser cultivados também com recursos didáticos”.

Com o intuito de compreender melhor o processo de leitura, torna-se relevante as considerações de Smith (1994) que chama atenção para outras peculiaridades sobre esse processo:

os pesquisadores devem considerar não somente os olhos, mas também os mecanismos da memória e da atenção, a ansiedade, a capacidade de correr riscos, a natureza e os usos da linguagem, compreensão da fala, as relações interpessoais, as diferenças socioculturais, a aprendizagem geral e a aprendizagem em particular. (SMITH, 1994, p.9).

Este autor acrescenta ainda que o processo de aquisição da leitura se torna mais importante do que como a leitura deveria ser ensinada. Já que ele acredita que as habilidades são adquiridas somente com a prática da leitura. A leitura é conquistada com a experiência e não com o ensino. Assim, para Smith (1994, p.12) há dois requisitos básicos para aprender a ler que são “a disponibilidade de material interessante que faça sentido para o aluno e a orientação de um leitor mais experiente e compreensivo como um guia”.

Em salas de aula, diante dos textos em Língua Portuguesa a serem lidos, os surdos dizem se sentir como estrangeiros de seu próprio país, devido às diferenças lingüísticas entre a forma falada e a escrita e das duas línguas que os cercam: a Libras e a Língua Portuguesa. Para desmitificar essa postura de superioridade entre as línguas Lodi; Harrison; Campos (2003, p.37) esclarecem que “a obrigatoriedade da presença da escrita da língua majoritária vem sendo

discutida quando no letramento de grupos ou comunidades socioculturais minoritárias, mas aparecem em segundo plano nos estudos surdos”. Lodi (2013), no entanto, esclarece que as relações com a linguagem escrita da língua majoritária devem ser desenvolvidas a partir da leitura de diversos gêneros discursivos, considerando, inicialmente, os discursos em Libras trazidos pelos alunos.

Para o ensino de leitura para os surdos, essa autora ressalta que se deve trabalhar com textos de diferentes esferas de circulação social, historicamente determinados, sempre postos em diálogo com outros, pois a prática de leitura é entendida como um diálogo infinito com os conhecimentos apreendidos e desenvolvidos no decorrer da vida, com os discursos dos outros e com os diferentes textos constitutivos daquele em foco na leitura. Lodi (2013, p. 177) defende que “apenas a partir deste conhecimento é possível levar aos alunos surdos à produção escrita, considerando: o conhecimento do tema anteriormente discutido em Libras; discussões/posicionamentos dos alunos; conhecimento do gênero”. Nesse caso, essa autora ainda ressalta que

antes de se pensar na produção escrita de uma segunda língua, deve-se possibilitar o conhecimento da leitura, que garantirá aos sujeitos surdos o conhecimento do texto em sua dimensão genérica (do gênero discursivo que o constitui) das formas de enunciar na segunda língua e das formas linguísticas (LODI, 2013, p. 177).

Outro fator que dificulta o processo de ensino e aprendizagem da leitura em sala de aula regular de ensino é o acesso tardio e a demora pela aceitação da Língua de Sinais seja pelos próprios surdos seja pelos familiares. Esse acesso tardio à Libras determina um uso e um conhecimento bastante variável da Língua de Sinais, fato que dificulta o trabalho dos intérpretes e dos professores na sala de aula.

Atrapalha ainda o desenvolvimento do aluno surdo na sala de aula no que se refere à interação e debates pelas temáticas levadas pelos textos é o chamado limite de interação. Segundo Skliar (2004, p.94) “as conseqüências desses limites interativos podem provocar e, de fato provocam com freqüência, estruturas de isolamento psicológico nas crianças surdas, inclusive muito antes de seu ingresso na escola especial”.

Para Silva, Godoi e Souza (2012), para que a inclusão do surdo seja uma realidade torna-se necessário superar barreiras que envolvem a dimensão política e pedagógica. A dimensão política é no sentido de exigir que o poder público assegure condições estruturais para uma inclusão efetiva: recursos financeiros, políticas de formação continuada e permanente de professores com ênfase na qualidade do conhecimento e não na quantidade, aprofundando as discussões teóricas e práticas com vistas à melhoria do processo de ensino e aprendizagem, possibilitando alternativas que possam beneficiar todos os alunos. Já a dimensão pedagógica envolve a revisão de currículos e metodologias, no sentido de considerar a singularidade de cada aluno respeitando seus interesses, suas ideias e desafios diante de conteúdos e práticas que possam melhorar as relações entre professor e aluno.

É neste contexto de levar ao surdo a Língua Portuguesa como instrumento de interação interpessoal e social por meio do desenvolvimento da leitura chegando ao letramento, que as ações de sala de aula carecem contribuir.

Considerações finais

Fatores como a interação, a motivação, a diversidade de gêneros discursivos e o envolvimento com as atividades de leitura e eventos discursivos da sala de aula regular de ensino favorecem a criação de melhores condições na comunidade escolar com vistas a receber o aluno surdo de forma mais eficiente e com qualidade. Isso propiciaria uma consciência de inclusão na escola de modo geral levando tanto os surdos quanto os ouvintes a entenderem a questão do contexto da sala de aula de ensino regular.

O estudante surdo se sentiria envolvido no processo, portanto, motivado a ser e estar ali se conseguisse atuar como sujeito produtor de sentido, para assim, levar professores e escola a estarem realmente construindo e atuando num contexto de inclusão. Como o atual processo de ensino se encontra defeituoso, devemos pensar que o presente contexto merece reflexões que podem nos acompanhar enquanto docentes. Nesse contexto, questionar sobre que formação docente tem se delineando no cenário educacional brasileiro e em que medida essa formação responde às exigências e aos desafios da profissão na sociedade atual da escola inclusiva se faz pertinente. Nesse caso, a sugestão é partir para a capacitação e formação continuada a fim de conquistar mudanças.

Para uma melhor adequação no processo de ensino/aprendizagem do surdo, a escola deve buscar reforço no seu próprio quadro de profissionais, sobretudo nos professores de Língua Portuguesa. A escola poderia começar analisando a prática dos professores, em especial, os de Língua Portuguesa que recebem os surdos e os fatores que envolvem o processo de ensino/aprendizagem do aluno surdo.

Trabalhar a relação aluno ouvinte/aluno surdo, estimulando o ouvinte a aprender Libras e se sentar próximo ao surdo, esse aluno pode servir de intérprete e de ligação entre o conteúdo e ele. Nesse caso, tendo uma relação mais próxima e/ou estando em condições de igualdade com alguém na sala de aula, isso o levaria a ter mais confiança e se predispor a aprender e a participar das discussões, participando do próprio processo de aprendizagem. Deve-se ressaltar que caso o surdo seja alfabetizado em Libras, o intérprete poderia colaborar para uma melhor assimilação do conteúdo. Nesse caso, o professor deve estabelecer uma parceria com esse intérprete buscando meios para que o surdo participe ativamente das discussões de sala de aula.

No que se refere ao professor e por parte dele, a o trabalho se delimitaria em questionar-se em relação à escolha do material didático, das temáticas discutidas, dos textos e gêneros textuais levados para a sala de aula, de como ocorre a preparação do plano de aula e que metodologia e/ou técnicas de ensino o professor se baseia. A metodologia poderia ser voltada a atender as necessidades de aprendizado do surdo no contexto regular de ensino. Para isso, professor deve ter conhecimento, ainda que básico de Libras, das habilidades linguísticas e visuais do surdo e das formas de aprendizagem que o surdo apresenta, para conseguir se comunicar com os alunos surdos e cultivar a interação aluno surdo/professor.

Já no tocante ao aluno, o trabalho a ser feito, também, pelo professor atuante, deveria ir além, pois envolve desde a postura dentro de sala da aula, participação, execução ou não das atividades dentro ou fora da sala de aula, envolvimento no grupo e/ou individual, participação das discussões e dos debates, aceitação ou não do conteúdo de aula e nível de envolvimento na comunidade surda, escolar e familiar.

Para o ensino de Leitura, o texto informativo seria, a princípio, sugestão de objeto de estudo, já que se trata de um tipo de texto que comporta um léxico com uma maior gama de concretude. Muitas vezes, as palavras têm que ser perceptíveis pelos sentidos, para que eles assimilem e/ou compreendam o conceito. Outra característica importante que este tipo de texto

apresenta, neste contexto, é o fato de apresentar assuntos do cotidiano e de uma forma mais realista, sem muitas metáforas ou nomenclaturas. Os textos informativos também são essenciais para levar ao surdo o conhecimento dos acontecimentos atuais.

Depois de alfabetizado, o surdo deve ser exposto a situações de aprendizagem com elementos mais complexos, inclusive os conceitos abstratos, nomenclaturas e terminologias específicas de determinados temas, tendo garantido com contato com uma diversidade de gêneros textuais. Apresentar ao surdo, por meio da leitura e debates, os assuntos reais, mais claros, de interesse e de sua compreensão, permite sua ativa participação nas discussões propicia aprendizagem e interação, levando até ele motivos para aprenderem a ler e a escrever.

Nesse contexto de ensino e aprendizagem de leitura para o surdo, o professor poderia priorizar a leitura tendo a produção de texto como finalização do processo, mas a avaliação respeitando a aparente diferença de linguagem entre surdos e ouvintes. Desse modo, deve-se trabalhar, de forma bastante direcionada, fatores como: conhecimento prévio, vocabulário, práticas alternativas de leitura comparando o Português com a Libras, produção de textos, intertextualidade, inferências e as ligações internas do texto e constante contato com uma diversidade de gêneros especialmente os de maior interesse do aluno surdo e do seu cotidiano.

No que se refere ao contexto extra-escolar, outro pilar desse procedimento seria o envolvimento da família de modo geral nesse trabalho, mas especialmente a família do surdo. E ainda, como forma de parceria, a Comunidade surda poderia atuar integrada à escola como mediadora e motivadora dessa ação haja vista a existência do interesse e das várias associações na cidade. Assim, a aplicação e desenvolvimento de todos esses procedimentos em conjunto seria um grande exemplo de inclusão social e educacional.

No decorrer desse estudo, percebemos que as proposições acima se complementam, pois apresentam teorias que facilitam a docência a atender um surdo numa sala regular de ensino garantindo-lhe uma acolhida de qualidade. Assim, além de esclarecer dúvidas relevantes sobre o processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo em relação aos processos de ensino e aprendizagem Leitura, percebeu-se que um trabalho respeitando as habilidades visuais do surdo, pautado na diversidade de gêneros textuais especialmente o texto informativo, propiciando o real envolvimento nas discussões e tendo a interação como o principal meio de se conseguir a inclusão do surdo no ambiente escolar regular, esse conjunto de ações podem levar a se constituir como sujeito leitor e produtor de sentido na sala regular de ensino.

Referências

BRASIL, **Decreto-Lei nº. 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853 de 23 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

BRASIL, **Lei 7.611/11** que dispõe sobre a criação e regulamentação do Atendimento Educacional Especializado – AEE.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24/04/2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22/12/2005.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva**: com os pingos nos is. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004. 176 p.

KLEIMAN, A. **Oficina de leitura**: teoria e prática. 6. ed. Campinas - SP: Pontes, 1998.

LACERDA, C.B.F; SANTOS, L.F. CAETANO, J. F., Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos. In: LACERDA, C.B.F; SANTOS, L.F. **Tenho um aluno surdo, e agora?:** Introdução à Libras e educação dos surdos. São Carlos: Edufscar. 2013. 254p.

LODI, A. C. B., Ensino da língua portuguesa como segunda língua para surdos: impacto na educação básica. In: LACERDA, C.B.F; SANTOS, L.F. **Tenho um aluno surdo, e agora?:** Introdução à Libras e educação dos surdos. São Carlos: Edufscar. 2013. 254p.

LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L. Letramento e surdez: um olhar sobre as particularidades dentro do contexto educacional. In: LODI, et al (Orgs). **Letramento e minorias**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2003. cap. 3. p. 35-46.

NORONHA, M. H. **O deficiente da audição e a educação especial**. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1973

PERFETTI, C. A. **Reading Ability**, New York. Published by Oxford University Press, 1985

SILVA, L.C.; GODOI, E.; SOUZA, V.A., Política de inclusão: vozes e percepções de professores da rede pública do projeto professor e surdez. In: SILVA, L.C.; DECHICHI, C.; SOUZA, V.A. (orgs.) **Inclusão educacional, do discurso à realidade**: construções e potencialidades nos diferentes contextos educacionais. Uberlândia: Edufu, 2012.

SKLIAR, C. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). **Educação e exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. 4. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004. cap. 6. p. 75-107.

SMITH, F. **Leitura Significativa**, Ed. Artmed Porto Alegre – RS, 3º ed.1999

i **Eliamar GODOI, Prof. Dra.**

Universidade Federal de Uberlândia (UFU) - Faculdade de Educação – FACED

Grupo de Pesquisas em Estudos da Linguagem, Libras, Educação Especial e a Distância e Tecnologias - GPELEDT

eliamarufu@gmail.com

ii **Roberval Montes da SILVA, Prof. Espec.**

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Grupo de Pesquisas em Estudos da Linguagem, Libras, Educação Especial e a Distância e Tecnologias - GPELEDT

robervalms@hotmail.com